ASSESSORIA COLETIVA DA BANCADA DO PT

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO \mathbf{DE} 0472.7/2021

Suprime as alíneas "d" e "e" do inciso LXVII do Art. 28-A do Art. 21 do PL nº 0472.7/2021, que "Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que "Institui o Código Estadual do Meio Ambiente, e adota outras providências".

Art. 1º Suprime as alíneas "d" e "e" do inciso LXVII do Art. 28-A do Art. 21 do PL nº 0472.7/2021.

Art. 21	•••
Art. 28 – A	
LXVII –	
d) "Suprimida"	
e) "Suprimida"	

Sala de Sessões,

Deputado Fabiano da Luz

Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Neodi Saretta

Deputado Pe. Pedro Baldissera

ASSESSORIA COLETIVA DA BANCADA DO PT

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados,

A presente Emenda Supressiva as alíneas "d" e "e" do inciso LXVII do Art. 28-A do Art. 21 do PL nº 0472.7/2021, que "Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que "Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências", visa retirar do texto da proposta alíneas com a seguinte redação:

LXVII - utilidade pública:

d) atividades que comprovadamente proporcionem melhorias na proteção das funções ambientais das áreas de preservação permanente, sem prejuízo das disposições da Lei *Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017;*

A lei federal nº 13.465 trata da regularização fundiária urbana e rural, não faz sentido essa complementação que não existe na lei nº 12.651/2012.

e) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo ou no âmbito do processo de licenciamento ambiental observadas as respectivas competências do órgão licenciador;

A pretendida remessa de competência para, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, se definir outras atividades similares de utilidade pública gera conflito direto com o disposto na Lei Federal nº 12.651 de 2012, que remete tal competência expressamente a ato do Chefe do Poder Executivo Federal. Pelo menos para fins de aplicação do regime jurídico de APP a proposta apresentada insere vicio de legalidade.

Assim, submetemos a Emenda Supressiva à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Deputado Fabiano da Luz

Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Neodi Saretta

ASSESSORIA COLETIVA DA BANCADA DO PT

Deputado Pe. Pedro Baldissera